



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária



Prova Cargo B02, Tipo 5
000000000000000000
00001-001-005

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da Redação e espaço destinado ao rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- transcrever a Redação no Caderno de Respostas, no espaço a ela destinado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado na correção.
- Não será permitido o uso de quaisquer outras folhas de papel para rascunho da Redação.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas, bem como para elaborar a Redação e transcrevê-la para o Caderno de Resposta correspondente.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Resposta da Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004
050102

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 6 considere o texto abaixo.

1 A expressão “indústria da cultura” foi provavelmente utilizada pela primeira vez no livro **Dialética do Iluminismo** que Horkheimer e eu publicamos em Amsterdan, em 1947. Nas versões iniciais, falava-se de “cultura de massas”.

5 Substituímos esta expressão por “indústria da cultura”, a fim de excluir, logo de início, a interpretação que convém aos advogados daquela, ou seja, que se trataria de qualquer coisa como uma cultura que surge espontaneamente das próprias massas, a forma contemporânea da arte popular.

10 A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção. Ela reorganiza o que há muito se tornou um hábito, dotando-o de uma nova qualidade. Em todos os setores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo das massas e, em larga medida, determinando eles próprios esse consumo. Os setores individuais assemelham-se quanto à estrutura ou, pelo menos, articulam-se entre si. Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da

20 tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos.

25 Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.

30 Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado,

35 um apêndice da engrenagem. O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.

(Adaptado de ADORNO, Theodor W. Breves considerações acerca da indústria da cultura. In: **Sobre a indústria da cultura**. Coimbra: Ângelus Novus, 2003, p. 97-8)

1. Nas linha iniciais do texto,
 - (A) o cotejo estabelecido pela palavra *como* (8ª linha) esclarece a distinção entre “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte popular”, tal como proposta pelos defensores da primeira expressão.
 - (B) está expressa a idéia de que a substituição feita pelos autores não se deu pela revisão da natureza do fenômeno designado, mas para não favorecer certo tipo de leitura do fato.
 - (C) o livro de Horkheimer foi citado como comprovação da idéia cabalmente estabelecida de que a expressão “indústria da cultura” é inovadora.
 - (D) é apresentado de maneira assertiva o fato de que outros autores que antecederam a **Dialética** faziam uso da expressão “cultura de massas”, opondo-a a “indústria da cultura”.
 - (E) a palavra *que* (7ª linha), que introduz o segmento *se trataria de qualquer coisa (...) da arte popular*, tem como antecedente o pronome *daquela*.
2. A frase *A indústria da cultura encontra-se nos antípodas de tal concepção*, no contexto, deve ser entendida da seguinte maneira:
 - (A) a interpretação que o autor do texto propõe como correta para a expressão “indústria da cultura” contrapõe-se à idéia de que existe uma forma contemporânea de arte popular.
 - (B) “cultura de massas” e “forma contemporânea da arte” são manifestações que, embora em extremidades opostas, não apresentam a contradição que o autor vê na aproximação dos termos “indústria” e “da cultura”.
 - (C) o modo como a indústria cultural se estrutura na contemporaneidade opõe-se diametralmente ao modo espontâneo como as massas se expressavam anteriormente.
 - (D) a concepção de que a cultura de massas é qualquer coisa que implique manifestação de arte reverte o sentido que se dava à expressão, sendo-lhe acrescentada a qualidade de “popular”.
 - (E) o modo como o autor do texto compreende a indústria da cultura é incompatível com o entendimento de que ela se constitui de manifestações espontâneas das massas.

3. *Integram-se no sistema de forma ordenada e praticamente sem falhas, processo que fica a dever tanto aos recursos atuais da tecnologia como à concentração econômica e administrativa. A indústria da cultura é a integração propositada de seus consumidores, a partir de cima. Ela impõe igualmente a junção do domínio específico da arte maior e o da arte menor, domínios que estiveram separados durante séculos. Junção que é desvantajosa para ambos. A seriedade da arte maior perece na especulação sobre os efeitos que produz; a coação civilizacional destrói, por seu turno, o elemento de resistência rebelde que era inerente à arte menor quando o controle da sociedade não era ainda total.*

Considerando o fragmento acima, e o contexto, assinale a única afirmação INCORRETA.

- (A) No fragmento está pressuposto que, em tempos de indústria cultural, o controle da sociedade é completo.
- (B) No fragmento, está subentendida a idéia de que, sob certas condições, a *resistência rebelde* é elemento intrínseco à *arte menor*.
- (C) Uma possível redação para o segmento grifado, totalmente adequada à norma da gramática prescritiva, seria: “processo que fica em débito quer com os recursos atuais da tecnologia, quer com a concentração econômica e administrativa”.
- (D) A expressão *a partir de cima*, associada a *fabricados mais ou menos segundo um plano*, contribui para a construção do sentido de que a indústria cultural não contempla a espontaneidade das massas.
- (E) O segmento *na especulação sobre os efeitos que produz* expressa noção de processo.

4. *Se bem que a especulação da indústria da cultura acerca do estado de consciência ou inconsciência dos milhões de pessoas a quem se dirige seja um fato incontestável, as massas não representam uma realidade primária, mas constituem-se antes como objeto secundário e calculado, um apêndice da engrenagem.*

No período acima transcrito,

- (A) a palavra *como* tem idêntica natureza e função de *como* encontrado na frase: “As ciências modernas, como a medicina, evoluem rapidamente hoje em dia.”
- (B) se a palavra *antes* fosse deslocada, a nova sequência “mas constituem-se como objeto secundário e calculado, antes, um apêndice da engrenagem” preservaria o sentido original.
- (C) *se bem que* equivale a “tanto que”.
- (D) se houvesse uma vírgula depois de *se bem que*, não haveria prejuízo da norma padrão.
- (E) o emprego da palavra *antes* reforça a idéia de eliminação do que acaba de ser anunciado no primeiro membro coordenado, realizada pelo emprego da conjunção *mas*.

5. *Ela reorganiza o que há muito se tornou hábito, dotando-o de uma nova qualidade.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) *dotando-o de* equivale a “se lhe favorece com”.
- (B) se fosse colocada uma vírgula depois da expressão *há muito*, a frase estaria também pontuada de acordo com norma padrão da língua escrita.
- (C) o prefixo que entra na composição de *reorganizar* tem o mesmo valor que o encontrado em “regredir”.
- (D) o pronome relativo *que* (o *que há*) se refere ao antecedente *o* (o *que há*).
- (E) o pronome *o* (o *que há*) é da mesma natureza do encontrado em *dotando-o*.

6. *O cliente não é rei, como a indústria da cultura gostaria de fazer crer; não é o seu sujeito, mas sim o objeto.*

Levando em conta o contexto, considere as afirmações que seguem sobre o autor e seus procedimentos na frase acima.

- I. Fazendo uso de linguagem conotativa, expressa sua opinião acerca do lugar que o cliente verdadeiramente ocupa no contexto da indústria cultural.
- II. Recorrendo a frase hipotética, explícita, pelo deslocamento da posição do cliente, o que lhe parece ser a relação entre “aquilo que é” e “aquilo que se deseja fazer parecer que é”.
- III. Estabelecendo uma comparação – articulada pelos elementos grifados na frase acima – evidencia que o cliente não constitui preocupação da indústria cultural, embora esta indústria tente criar a ilusão de que a produção é ditada pela expectativa das massas.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

7. A frase em que são levadas em conta as normas de concordância previstas pela gramática normativa é:

- (A) Tudo indica que deve existirem técnicas as mais variadas para se fazer publicidade de produtos da indústria cultural, passível, aliás, de serem descritas.
- (B) Elas tinham consciência de ter à disposição só objetos padronizados, mas acreditavam que haveria situações que lhes favoreceriam a criatividade ou que as obrigassem a tê-la.
- (C) É inevitável, em qualquer contexto, as conjecturas sobre aquilo que poderá ser feito, mas, nesse caso, a dificuldade está em se definirem quais os pontos mais relevantes.
- (D) Atualmente, seja quais forem os produtos culturais à disposição, o que se vende é um consenso geral e acrítico, impostos pela publicidade maciça.
- (E) Aquela específica forma cultural de que falávamos, associada a qualquer outra da mesma região, revelam que se pode esperar muito de grupos a que até agora não foi dado atenção.

8. A frase totalmente de acordo com a norma padrão da língua escrita é:

- (A) Repuseram a questão de forma a exigir uma análise profunda de seus vários itens, mas, quando se chegou à tocar no processo de produção cinematográfico, a excitação foi grande.
- (B) Muitos maus-entendidos teriam sido evitados, se alguns tivessem pesquisado melhor a questão e houvessem reconhecido que o projeto contém pontos excelentes.
- (C) Ele requereu que o setor central na indústria da cultura, o cinema, revisse suas práticas, e chegou a pôr sob suspeição métodos que têm suscitado críticas de especialistas.
- (D) Nem todos quiseram se manifestar, mas os que o fizeram assinalaram o excesso de passivo e a dificuldade de superar a crise, se não sobrevirem boas oportunidades.
- (E) Se os agentes da cultura não se comporem para evitar os riscos de menosprezo da cultura expon-tânea, por ceticismo em relação àquilo que ela cria, muito se perderá definitivamente.

9. Cada frase abaixo foi reescrita com a substituição do termo grifado por um pronome. Considerando a adequada substituição do pronome e sua devida colocação na frase, de acordo com a norma da gramática prescritiva, há INADEQUAÇÃO em:

- (A) Eu julgava aqueles produtores realizados por terem vencido o festival.
Eu lhes julgava realizados por terem vencido o festival.
- (B) Amava-a, a Mariana, à mulher dos seus filhos.
Amava-a, a ela, à mulher dos seus filhos.
- (C) Na última cena, a avó tocou as faces da menina com carinho.
Na última cena, a avó tocou-lhe as faces com carinho.
- (D) Pensou em questionar; mas questionamentos, quem admite questionamentos?
Pensou em questionar, mas questionamentos, quem os admite?
- (E) Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até eles.
Os pais abaixam-se, seguram a filha pelos membros e erguem-na até si.

10. A frase totalmente de acordo com as normas da gramática prescritiva, no que se refere à regência, é:

- (A) Na sua genuína acepção, a cultura nunca se limitou a reproduzir os desejos dos homens, mas sempre ergueu a sua voz contra as duras condições em que se desenrola a vida.
- (B) Desde o momento que as formas culturais constituíram em ganha-pão dos seus criadores, o mercado começou a agir para ficar propício com elas.
- (C) Eles estão hesitantes por como apresentar o projeto, pois pensaram, inicialmente, em fazer painel explicativo à maneira como funciona a engrenagem.
- (D) Nem bem chegou o rapaz, ela divisou-lhe, e, aproximando-se a ele rapidamente, entregou as pastas de cujo conteúdo ele já estava a par.
- (E) A harmonia do homem e a natureza é algo que todos dependem, embora muitos revelem má vontade para com as coisas naturais simplesmente porque não as conhecem bem.

Instruções: Para responder às questões de números 11 a 15 considere o texto abaixo.

1 *De modo geral, o século XVIII assistiu à passagem do sistema do mecenato, pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento – secular ou eclesiástico – ao sistema de produção para o mercado. Sem dúvida, essa*
5 *passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo. Giambattista Tiepolo passou a vida a serviço de protetores, como o príncipe-bispo da Francônia e o rei da Espanha. Händel foi protegido pelos reis de Hanover.*

Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o
10 *artista que vivia do seu trabalho e era remunerado por sua própria clientela. O livro podia ser vendido, e bem vendido. Dryden recebeu em 1697 a soma de 1 400 libras por sua tradução de Virgílio. Pope enriqueceu com suas próprias obras e com a tradução da *Ilíada* e da *Odisséia*. Lessage*
15 *ganhou a vida com seus romances e seu teatro. Surgiu o autor profissional. “Ser autor”, diz o **Almanach des auteurs**, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”*

Essa independência é assegurada pelo favor do
20 *público, às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas outorgando aos autores um grau de liberdade que seria impensável no passado.*

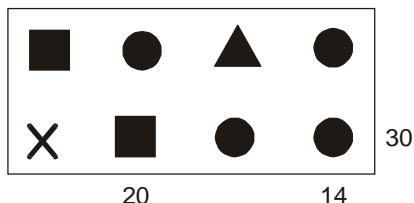
A independência não se limitava às letras. Um pintor como Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais
25 *cobrava preços astronômicos. A liberdade proporcionada pelo sucesso comercial não impedia os artistas de trabalharem para os grandes, mas permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância. Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua*
30 *de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.*

(Adaptado de ROUANET, Sérgio Paulo. Ilustração e modernidade. In: **Mal-estar na modernidade (ensaios)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 138)

<p>11. A alternativa que apresenta o resumo mais adequado do texto é:</p> <p>(A) De certa forma, o século XVIII viu nascer nova profissão, a do artista, oriunda do abandono pelos mecenas e da produção para o mercado; o autor, por exemplo, se tivesse traduzido ou produzido obras importantes (caso de Dryden ou Pope), podia ser independente, chegando até a ser prepotente com os poderosos quando queriam um trabalho seu.</p> <p>(B) De certa forma, o século XVIII conheceu o processo de passagem da atividade artística de um pólo a outro: do mecenato ao mercado; sem dúvida, lentamente, mas viu-se o aparecimento do novo personagem, o artista que vendia sua produção, e que podia ser mais livre; mesmo muito rigoroso, o público podia pagar bem, até enriquecendo o artista (caso de Reynolds) e tornando-o mais arrogante com os poderosos.</p> <p>(C) De modo geral, no século XVIII ocorreu a passagem lenta e permanente de sistemas de produção artística, sem que o mecenato se extinguisse (artistas como Händel continuaram a ser protegidos); quando surgiu a profissão de autor – como militar, por exemplo –, o público, mesmo exigente, deu-lhe liberdade, e o sucesso o fez ser arrogante até com os poderosos, de quem cobravam preços astronômicos.</p> <p>(D) De modo geral, no século XVIII se deu, de maneira progressiva, o abandono do sistema de mecenato pelo de produção para o mercado, dando origem à profissão de autor; o sucesso de vendas permitia liberdade antes desconhecida, que propiciava ao artista não só poder trabalhar inclusive com os poderosos, mas também assumir, na relação com eles, até atitudes arrogantes.</p> <p>(E) De uma forma abrangente, pode-se dizer que o século XVIII foi o que permitiu que o produtor secular ou eclesiástico deixasse ao artista a liberdade de produzir para o mercado; muitos enriqueceram, como Dryden e Pope, outros continuaram a ser protegidos; autores e pintores eram livres para cobrar o que quisessem, e muitos, pelo sucesso, passaram a ser arrogantes até com os poderosos.</p>	<p>13. <i>Contratado pela corte da Rússia para executar uma estátua de Pedro, o Grande, o escultor Falconet recusou os vários projetos que lhe haviam sido submetidos a título de sugestão e teve o gesto magnífico de não aceitar a remuneração de 400 mil libras que lhe foi proposta: soberbo de desdém, exigiu receber exatamente a metade da quantia.</i></p> <p>Com relação ao fragmento acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) a <i>título de sugestão</i> equivale a “porque ele pedira sugestão”.</p> <p>(B) de natureza predominantemente narrativa, o excerto é objetivo, não apresentando marca alguma de subjetividade do autor.</p> <p>(C) os dois pontos anunciam um esclarecimento acerca de algo anteriormente enunciado.</p> <p>(D) <i>Contratado pela corte da Rússia</i> expressa, no contexto, noção de causa.</p> <p>(E) <i>havia sido submetidos</i> indica ação ocorrida simultaneamente à ação citada anteriormente, realizada pelo escultor – <i>recusou</i>.</p> <p>14. É correto afirmar que, no texto,</p> <p>(A) (linha 11) <i>bem</i>, em <i>O livro podia ser vendido, e bem vendido</i>, intensifica o ganho auferido com a venda.</p> <p>(B) (linha 2) <i>pelo qual</i>, em <i>pelo qual o artista era financiado por um produtor opulento</i>, pode ser substituído por “porque”, sem que sejam afetados o sentido original e a norma padrão.</p> <p>(C) (linhas 19 e 20) a frase <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público</i> manteria o sentido original, se fosse transposta para a voz ativa assim: O favor do público tinha assegurado essa independência.</p> <p>(D) (linhas 24 e 25) o segmento grifado, em <i>Reynolds enriqueceu com seus retratos, pelos quais cobrava preços astronômicos</i>, pode ser substituído, sem que seja afetada a norma padrão, por: cujos os preços eram astronômicos.</p> <p>(E) (linha 28) <i>até</i>, em <i>permitia estabelecer com eles uma relação de altivez e até de arrogância</i>, indica que, numa escalada ascendente, <i>arrogância</i> ocupa o menor grau.</p>
<p>12. A frase que, no contexto, constitui um argumento de confirmação é:</p> <p>(A) <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público...</i></p> <p>(B) “Ser autor”, diz o Almanach des auteurs, de 1755, “é hoje uma profissão, como ser militar, eclesiástico ou financista.”</p> <p>(C) <i>Sem dúvida, essa passagem foi gradual e o mecenato não se extinguiu de todo.</i></p> <p>(D) <i>Mas pouco a pouco surgiu um novo personagem – o artista que vivia do seu trabalho...</i></p> <p>(E) <i>A independência não se limitava às letras.</i></p>	<p>15. <i>Essa independência é assegurada pelo favor do público,</i> I <i>às vezes tão caprichoso como os antigos mecenas, mas</i> II III <i>outorgando aos autores um grau de liberdade que</i> IV <i>seria impensável no passado.</i> V</p> <p>Considerando o contexto, há equivalência entre o segmento grifado e a expressão proposta, em:</p> <p>(A) I = é obtida por vantagens oferecidas ao público.</p> <p>(B) II = ocasionalmente detalhista.</p> <p>(C) III = os ricos protetores já anciãos.</p> <p>(D) IV = facultando aos produtores de arte.</p> <p>(E) V = poderia ter sido vaticinado.</p>

16. Admita que, a cada semana, um processo seja arquivado em um fórum. Uma proposição aberta, com x sendo um número natural, equivalente à sentença interrogativa “em quantas semanas são arquivados mais de 210 processos nesse fórum?” é:
- (A) $210x > 7$
 (B) $210x = 7$
 (C) $7 + x = 210$
 (D) $7x = 210$
 (E) $7x > 210$

17. No retângulo abaixo, cada um dos quatro símbolos diferentes representa um número natural. Os números indicados fora do retângulo representam as respectivas somas dos símbolos na linha 2 e nas colunas 2 e 4:



Conclui-se das informações que o símbolo X representa o número

- (A) 3
 (B) 5
 (C) 7
 (D) 8
 (E) 9
18. Em uma urna temos 3 bolas azuis, cada uma com 5 cm^3 de volume, 3 cubos pretos, cada um com 2 cm^3 de volume e 1 cubo azul de 3 cm^3 de volume. Retirando-se quatro objetos da urna, sem reposição, necessariamente um deles
- (A) será azul.
 (B) será preto.
 (C) terá volume menor do que 3 cm^3 .
 (D) terá volume maior do que 3 cm^3 .
 (E) será uma bola.
19. Um certo número de dados de seis faces formam uma pilha única sobre uma mesa. Sabe-se que:
- os pontos de duas faces opostas de um dado sempre totalizam 7;
 - a face do dado da pilha que está em contato com a mesa é a do número 6;
 - os pontos das faces em contato de dois dados da pilha são sempre iguais.
- Sendo verdadeiras as três afirmações acima, na pilha, a face do dado da pilha mais afastada da mesa
- (A) tem 1 ponto, se o número de dados da pilha for par.
 (B) necessariamente tem um número par de pontos.
 (C) necessariamente tem um número de pontos ímpar.
 (D) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for par.
 (E) tem 6 pontos, se o número de dados da pilha for ímpar.

20. Sabe-se que existem pessoas desonestas e que existem corruptos. Admitindo-se verdadeira a frase “Todos os corruptos são desonestos”, é correto concluir que
- (A) existem mais corruptos do que desonestos.
 (B) existem desonestos que são corruptos.
 (C) quem não é corrupto é honesto.
 (D) existem corruptos honestos.
 (E) alguns honestos podem ser corruptos.

21. Um economista deu a seguinte declaração em uma entrevista: “Se os juros bancários são altos, então a inflação é baixa”.

Uma proposição logicamente equivalente à do economista é:

- (A) os juros bancários são baixos e a inflação é baixa.
 (B) ou os juros bancários, ou a inflação é baixa.
 (C) se a inflação não é baixa, então os juros bancários não são altos.
 (D) se a inflação é alta, então os juros bancários são altos.
 (E) se os juros bancários não são altos, então a inflação não é baixa.

22. Observe a construção de um argumento:

Premissas: Todos os cachorros têm asas.
 Todos os animais de asas são aquáticos.
 Existem gatos que são cachorros.

Conclusão: Existem gatos que são aquáticos.

Sobre o argumento A, as premissas P e a conclusão C, é correto dizer que

- (A) A é válido, P ou C são verdadeiros.
 (B) A é válido se P é verdadeiro e C é falso.
 (C) A não é válido, P é falso e C é verdadeiro.
 (D) A não é válido, P e C são falsos.
 (E) A é válido, P e C são falsos.

23. Em uma declaração ao tribunal, o acusado de um crime diz:

“No dia do crime, não fui a lugar nenhum. Quando ouvi a campainha e percebi que era o vendedor, eu disse a ele:

– hoje não compro nada.

Isso posto, não tenho nada a declarar sobre o crime.”

Embora a dupla negação seja utilizada com certa frequência na língua portuguesa como um reforço da negação, do ponto de vista puramente lógico, ela equivale a uma afirmação. Então, do ponto de vista lógico, o acusado afirmou, em relação ao dia do crime, que

- (A) foi a algum lugar, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
 (B) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
 (C) não foi a lugar algum, não comprou coisa alguma do vendedor e não tem coisas a declarar sobre o crime.
 (D) não foi a lugar algum, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.
 (E) foi a algum lugar, comprou alguma coisa do vendedor e tem coisas a declarar sobre o crime.

24. A correta negação da proposição “todos os cargos deste concurso são de analista judiciário” é:

- (A) nenhum dos cargos deste concurso não é de analista judiciário.
- (B) os cargos deste concurso são ou de analista, ou no judiciário.
- (C) alguns cargos deste concurso são de analista judiciário.
- (D) existem cargos deste concurso que não são de analista judiciário.
- (E) existem cargos deste concurso que são de analista judiciário.

25. Admitindo que certo Tribunal tem 1 800 processos para serem lidos e que cada processo não possui mais do que 200 páginas, é correto afirmar que

- (A) existem pelo menos 9 processos com o mesmo número de páginas.
- (B) mais de 100 000 páginas serão lidas na realização do serviço.
- (C) não existem 2 processos com o mesmo número de páginas.
- (D) não existe processo com exatamente 9 páginas.
- (E) cada processo tem, em média, 9 páginas.

26. A fim de elaborar um documento no Microsoft Word 97, o profissional necessita dividir cada página em três colunas de texto. Para realizar esta operação, uma das possibilidades é a escolha da opção *Colunas...*, pertencente ao menu

- (A) Editar.
- (B) Formatar.
- (C) Exibir.
- (D) Inserir.
- (E) Arquivo.

27. Utilizando-se do sistema operacional Windows 2000, um analista necessita criar uma nova pasta que contenha arquivos. Isto pode ser feito através do Windows Explorer mediante a escolha do menu:

- (A) “Editar”, opção “Opções de Pasta”, item “Nova Pasta”.
- (B) “Ferramentas”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (C) “Exibir”, opção “Adicionar”, item “Nova Pasta”.
- (D) “Arquivo”, opção “Novo”, item “Pasta”.
- (E) “Favoritos”, opção “Nova”, item “Pasta”.

28. No Windows Explorer (do Windows 2000), uma forma alternativa de copiar um arquivo de uma pasta e colá-lo em outra, após selecioná-lo, é utilizar as seguintes teclas combinadas:

- (A) ctrl+c para copiá-lo e ctrl+v para colá-lo.
- (B) esc+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.
- (C) alt+x para copiá-lo e ctrl+y para colá-lo.
- (D) ctrl+x para copiá-lo e alt+v para colá-lo.
- (E) shift+v para copiá-lo e alt+c para colá-lo.

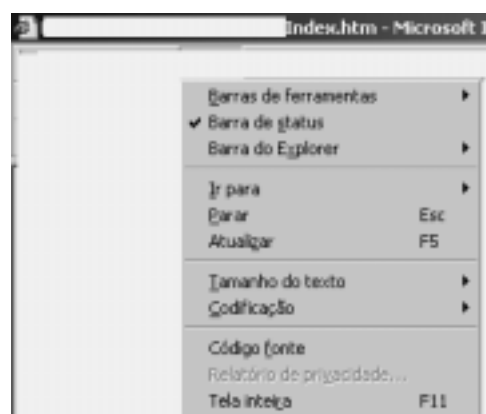
29. Em uma correspondência eletrônica (*e-mail*) um profissional lê, no texto, diversas referências. Algumas seguem o padrão geral da internet e outras não. Três dessas referências lidas são:

- I. lftp\\:qualquer\com.br
- II. http://www.qualquer.com
- III. qualquer@prov.com.br

Ao interpretar tais referências, o profissional deve entendê-las como:

- (A) I um endereço de *site* da internet e II e III fora do padrão internet.
- (B) I e III fora do padrão internet e II um endereço de *e-mail*.
- (C) I e II fora do padrão internet e III um endereço de *site* da internet.
- (D) I um endereço de *e-mail*, II um endereço de *site* da internet e III fora do padrão internet.
- (E) I fora do padrão internet, II um endereço de *site* da internet e III um endereço de *e-mail*.

30. Analise:



A figura acima apresenta opções do Internet Explorer, pertencentes ao menu

- (A) Ferramentas.
- (B) Favoritos.
- (C) Exibir.
- (D) Editar.
- (E) Arquivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31. Em se tratando de interposição de recurso, deve ser observado o horário de
- (A) conveniência do juízo *a quo*, desde que não ultrapasse as 20h00.
 - (B) expediente, nos termos da lei de organização judiciária local.
 - (C) 06h00 às 20h00, nos dias úteis.
 - (D) 08h00 às 18h00, nos dias úteis.
 - (E) 12h00 às 18h00, inclusive nos domingos e feriados, mediante autorização expressa do juiz.

32. Numa reclamação trabalhista, em que tanto os fatos como o direito do reclamante se apresentam controvertidos, a contestação foi apresentada intempestivamente. Nessa hipótese,
- (A) a intempestividade não gerará qualquer efeito, dada a controvérsia existente.
 - (B) o réu não poderá praticar mais nenhum ato na ação.
 - (C) os fatos descritos na inicial serão considerados verdadeiros.
 - (D) tanto os fatos alegados na inicial como o direito invocado serão tidos por verdadeiros.
 - (E) a contestação só será considerada válida no que diz respeito aos fatos descritos na inicial.

33. Numa reclamação trabalhista, em que se discute a existência de vínculo de emprego, as partes não aceitam a proposta de acordo oferecida pelo Juiz e a demanda é julgada, reconhecendo-se o vínculo. Iniciada a execução e sendo a empresa citada para pagamento do débito, as partes apresentam petição conjunta de acordo. Esse pedido será
- (A) homologado, desde que fique mantido o reconhecimento do vínculo.
 - (B) homologado, sem qualquer restrição, tendo em vista que a conciliação pode ser realizada a qualquer momento.
 - (C) indeferido, porque efetuado depois de findo o processo de conhecimento.
 - (D) indeferido, ante a anterior recusa das partes em se compor.
 - (E) homologado apenas se for mais favorável ao reclamante do que a sentença.

34. Uma empresa sediada em Curitiba e com filial em Londrina contrata um técnico em São Paulo para trabalhar em Vitória. Havendo rescisão e pretendendo o empregado ajuizar reclamação trabalhista, o local competente para o ajuizamento da ação será
- (A) Curitiba ou São Paulo.
 - (B) Curitiba ou Vitória.
 - (C) o foro de eleição das partes.
 - (D) Vitória.
 - (E) São Paulo ou Vitória.

35. Vencido no julgamento de agravo de petição, o reclamado interpõe recurso de revista, insistindo na tese segundo a qual os juros de mora e a correção monetária haviam sido calculados de forma errada, tendo em vista as épocas a partir das quais se tornaram devidas as parcelas da condenação. Tal recurso

- (A) será admitido, porque houve prequestionamento da matéria pela interposição do agravo de petição.
- (B) poderá ser ou não admitido, a critério do Juiz relator do agravo de petição, desde que não fique caracterizada a litigância de má-fé do reclamado.
- (C) não será admitido, porque incabível recurso de revista de decisão proferida em agravo de petição relativo à matéria de execução de sentença.
- (D) não será admitido, porque não houve demonstração inequívoca de violação direta à Constituição, nem de divergência jurisprudencial em relação à decisão sobre o mesmo tema proferida por outro Regional, pela SDI do TST ou Súmula de Jurisprudência Uniforme.
- (E) será admitido, porque a matéria de execução de sentença dispensa demonstração de divergência jurisprudencial.

36. Um reclamante postulou o pagamento de horas extras. Contestando o pedido, a empresa apresentou os respectivos recibos de pagamento. De acordo com a teoria do ônus da prova, a reclamada alegou fato

- (A) modificativo do direito do autor.
- (B) notório que independe de prova.
- (C) constitutivo do direito do autor.
- (D) impeditivo do direito do autor.
- (E) extintivo do direito do autor.

37. Iniciada a execução e sendo chamado a efetuar os cálculos de liquidação, o exequente informou que havia se equivocado quanto ao percentual referente às horas extras e aplicou novo percentual que entendia correto. Incluiu, também, juros de mora e correção monetária, embora a isso não se tivesse referido a sentença. Esses cálculos são

- (A) corretos no que diz respeito às horas extras e à correção monetária.
- (B) equivocados no que se refere ao percentual de horas extras e corretos quanto aos juros de mora e correção monetária.
- (C) corretos.
- (D) inteiramente equivocados.
- (E) corretos apenas no que diz respeito às horas extras.

38. A reclamação verbal

- (A) não é admitida no inquérito para apuração de falta grave.
- (B) não é admitida na Justiça do Trabalho.
- (C) será apresentada diretamente ao Juiz do Trabalho.
- (D) só poderá ser aceita se o empregado comprovar que é analfabeto.
- (E) é admitida apenas no procedimento sumaríssimo.

<p>39. Citada para pagamento, a executada deixou de nomear bens à penhora, constatando-se, posteriormente, que a empresa não possuía bens com valor de mercado. Chamado a se manifestar, o exequente requereu fosse penhorada a residência de um dos sócios da empresa. Esta indicação</p> <p>(A) é válida, porque satisfaz os fins da execução.</p> <p>(B) é válida, porque observa a gradação legal.</p> <p>(C) não é válida, porque não observa a gradação legal.</p> <p>(D) não é válida, porque o imóvel residencial é impenhorável.</p> <p>(E) não é válida, porque não se admite a penhora de bem de sócio.</p>	<p>42. Quanto à comunicação dos atos processuais, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não se fará a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso, salvo para evitar o perecimento do direito.</p> <p>(B) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa.</p> <p>(C) a citação poderá ser feita pelo correio quando for ré pessoa de direito público.</p> <p>(D) a citação válida, mesmo que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.</p> <p>(E) a citação, estando o réu ausente, far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente, quando se originar de atos por eles praticados.</p>
<p>40. Um reclamante ajuizou reclamação trabalhista à qual atribuiu o valor de R\$ 10 000,00, relegando a apuração de cada pedido à fase de execução. Sujeitou-se ao</p> <p>(A) indeferimento da petição inicial e condenação ao pagamento de multa.</p> <p>(B) indeferimento da petição inicial e extinção do processo.</p> <p>(C) arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento das custas.</p> <p>(D) arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de multa.</p> <p>(E) indeferimento da petição inicial e condenação ao pagamento das custas.</p>	<p>43. A respeito da petição inicial, é certo que,</p> <p>(A) para não implicar ampliação dos limites materiais da pretensão deduzida, não é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva.</p> <p>(B) se não constarem expressamente da petição inicial, os pedidos são interpretados restritivamente, não incluindo juros legais.</p> <p>(C) quando a obrigação consistir em prestações periódicas, somente serão elas consideradas incluídas no pedido se houver declaração expressa do autor.</p> <p>(D) indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar sua decisão.</p> <p>(E) se o réu for o mesmo, é permitida a cumulação num único processo, de vários pedidos, ainda que a competência para deles conhecer não seja do mesmo juízo.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>41. Antônio ajuizou ação em face de Pedro cobrando dívida decorrente de inadimplência de contrato. Após a contestação e antes da audiência de instrução e julgamento, Antônio cedeu o direito relativo ao crédito litigioso, a título particular e por ato <i>inter vivos</i>, a Joaquim. Nesse caso, Joaquim</p> <p>(A) poderá ingressar em juízo substituindo Antônio, independentemente do consentimento de Pedro.</p> <p>(B) não poderá ingressar no feito, nem como parte, nem como assistente, mas os efeitos da sentença lhe serão estendidos.</p> <p>(C) será obrigatoriamente citado para integrar a lide, na condição de substituto processual.</p> <p>(D) não poderá ingressar em juízo substituindo Antônio, sem o consentimento de Pedro, mas poderá intervir no processo como assistente.</p> <p>(E) será obrigatoriamente citado para integrar a lide, na condição de assistente.</p>	<p>44. Encerrada a instrução de ação ordinária, está o Juiz em dúvida que impossibilita a formação de seu conhecimento. Essa dúvida talvez possa ser sanada com a inquirição de testemunha referida pelo autor na audiência de instrução e julgamento. Nesse caso, o Juiz</p> <p>(A) não pode converter o julgamento em diligência, pois, tratando-se de prova oral, cabe exclusivamente às partes a indicação de suas testemunhas.</p> <p>(B) só pode converter o julgamento em diligência para coleta de prova testemunhal, se não houver oposição das partes.</p> <p>(C) pode converter o julgamento em diligência, se houver concordância do réu.</p> <p>(D) não pode converter o julgamento em diligência, porque no processo civil não tem poderes para produzir prova de ofício.</p> <p>(E) pode converter o julgamento em diligência e determinar, de ofício, a inquirição da testemunha referida.</p>

<p>45. Quando o dispositivo de um acórdão contiver julgamento por maioria de votos relativamente à questão preliminar e julgamento unânime quanto ao mérito, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para interposição de recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime,</p> <p>(A) correrá após a apresentação das contra-razões do embargado.</p> <p>(B) ficará sobrestado até o relator do acórdão apreciar a admissibilidade dos embargos.</p> <p>(C) ficará sobrestado até transitar em julgado a decisão nos embargos.</p> <p>(D) correrá conjuntamente com o prazo para interposição dos embargos.</p> <p>(E) ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.</p>	<p>48. A impenhorabilidade do bem de família é oponível pelo devedor, dentre outras hipóteses legais, em execução movida</p> <p>(A) em razão de créditos de trabalhadores da própria residência.</p> <p>(B) por credor de pensão alimentícia decorrente de vínculos familiares.</p> <p>(C) para cobrança de imposto predial relativo ao imóvel familiar.</p> <p>(D) por crédito decorrente da falta de pagamento de aluguéis.</p> <p>(E) por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.</p>
<p>46. Considere as afirmativas a respeito do processo de execução:</p> <p>I. O devedor pode, a todo tempo, antes da arrematação ou da adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.</p> <p>II. Em segunda praça ou leilão, a arrematação ocorrerá pelo maior lance, ainda que por preço muito abaixo da avaliação atualizada do bem.</p> <p>III. Finda a praça sem lançador, é lícito ao credor, oferecendo qualquer preço, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados.</p> <p>IV. Antes de arrematados ou adjudicados os bens, pode o devedor, a todo tempo, remir a execução, pagando ou consignando a importância da dívida atualizada, ficando, nesse caso, isento do pagamento de juros, custas e honorários advocatícios.</p> <p>Está correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) IV.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO DO TRABALHO</p> <p>49. Uma empresa, reiteradamente, paga os salários de empregados com atraso. Essa conduta caracteriza</p> <p>(A) infração administrativa e sujeita a empresa à interdição pelo Ministério do Trabalho.</p> <p>(B) infração administrativa e autoriza o empregado a pleitear em Juízo a suspensão do contrato de trabalho até a regularização do pagamento.</p> <p>(C) falta grave do empregador e autoriza o empregado a pleitear em Juízo a homologação do pedido de demissão.</p> <p>(D) falta grave do empregador e autoriza o empregado a pleitear em Juízo a declaração da despedida indireta, com o pagamento das respectivas indenizações.</p> <p>(E) infração administrativa e sujeita a empresa ao pagamento de multa imposta pelo Delegacia Regional do Trabalho.</p>
<p>47. Com relação à prova documental, é certo que</p> <p>(A) o documento, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.</p> <p>(B) a nota escrita pelo credor, em qualquer parte de documento representativo de obrigação, somente faz prova em benefício do devedor se estiver assinada.</p> <p>(C) o telegrama, o radiograma ou qualquer outro meio de transmissão tem a mesma força probatória do documento público, se o original constante da estação expedidora foi assinado pelo remetente.</p> <p>(D) o documento público faz prova só da sua formação e não dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença.</p> <p>(E) não fazem a mesma prova que os originais os traslados e as certidões extraídas por oficial público, de instrumentos ou documentos lançados em suas notas.</p>	<p>50. Um empregado admitido em 10 de janeiro de 2002 usufruiu de seu primeiro período de férias de 21.12.2003 a 19.01.2004. Na ocasião, seu salário era R\$ 2 160,00. A remuneração que lhe será devida pela empresa corresponde a</p> <p>(A) R\$ 2 160,00</p> <p>(B) R\$ 2 880,00</p> <p>(C) R\$ 3 120,00</p> <p>(D) R\$ 3 840,00</p> <p>(E) R\$ 4 320,00</p> <p>51. Um empregado recebe R\$ 1 000,00 a título de salário mensal e R\$ 300,00 a título de diárias, muito embora nunca tenha viajado a serviço da empresa nem efetuado qualquer gasto ao executar seu trabalho. Dispensado, seu aviso prévio corresponderá</p> <p>(A) à parcela recebida a título de diária.</p> <p>(B) ao que tiver sido previamente ajustado no instrumento de contrato individual.</p> <p>(C) à soma das duas parcelas.</p> <p>(D) à média das duas parcelas.</p> <p>(E) à parcela recebida a título de salário.</p>

52. Em Convenção Coletiva, com vigência de 1 ano, ficou estabelecido adicional de 100% de horas extras. Essa vantagem
- (A) não se incorpora ao contrato de trabalho, porque a cláusula convencional só é válida no prazo de sua vigência.
 - (B) não se incorpora ao contrato de trabalho, em virtude da proibição de pagamento de salário complessivo.
 - (C) incorpora-se ao contrato de trabalho, tendo em vista a garantia da irredutibilidade salarial.
 - (D) incorpora-se ao contrato de trabalho, por se tratar de direito adquirido.
 - (E) incorpora-se ao contrato de trabalho, tendo em vista o princípio de proteção ao trabalhador.

53. Empregada contratada por prazo determinado, que fica grávida no curso desse contrato,
- (A) somente terá garantia de emprego se ainda não tiver se escoado metade do prazo do contrato.
 - (B) não tem garantia de emprego, dado o ajuste prévio quando ao término do contrato.
 - (C) tem garantia de emprego, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
 - (D) tem garantia de emprego pelo período de 120 dias.
 - (E) somente terá garantia de emprego se o empregador for expressamente avisado da gravidez.

54. A remuneração do descanso semanal do empregado mensalista, que habitualmente faz duas horas extras, corresponde
- (A) ao dobro de um dia de trabalho.
 - (B) à metade de um dia de trabalho.
 - (C) ao valor de um dia de trabalho.
 - (D) ao valor de um dia de trabalho, acrescido de duas horas extras.
 - (E) ao valor de um dia de trabalho, acrescido da média das horas extras trabalhadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

55. João, objetivando adquirir determinado imóvel no bairro X, fica sabendo, por meio de amigos, que, nessa região, será construída uma nova linha do metrô e, conseqüentemente, diversos imóveis serão desapropriados. Tendo em vista referido fato, pede informações à Companhia do Metrô, que se recusa a fornecê-las. Com tal atitude, restou preterido o princípio da Administração Pública denominado
- (A) imperatividade.
 - (B) supremacia do interesse público.
 - (C) impessoalidade.
 - (D) eficiência.
 - (E) publicidade.

56. Após autorização legislativa, o Prefeito de Campo Verde criou pessoa jurídica de direito privado, destinada à prestação de serviço de limpeza pública com recursos exclusivos do Município, na forma de sociedade anônima. A entidade em questão caracteriza-se como
- (A) fundação pública, uma vez que presta serviços públicos.
 - (B) agência reguladora, pois tem capital integralmente público.
 - (C) sociedade de economia mista, já que tem a forma de Sociedade Anônima.
 - (D) empresa pública, pois, independentemente da forma, tem capital integralmente público.
 - (E) autarquia municipal, pois desenvolve atividade privada do Estado.
57. José Augusto, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, ao praticar ato que não se inclui nas suas atribuições legais, preteriu o requisito do ato administrativo denominado
- (A) motivo.
 - (B) objeto.
 - (C) forma.
 - (D) finalidade.
 - (E) competência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

58. Tendo em vista as disposições constitucionais, o Ministério Público apresenta-se como um órgão
- (A) essencial à Justiça, encontrando-se vinculado ao respectivo Tribunal Superior, federal ou estadual.
 - (B) essencialmente de defesa da ordem jurídica, não estando sujeito à hierarquia, ainda que de natureza administrativa.
 - (C) independente e dotado de autonomia financeira e funcional, mas podendo sofrer limitações por parte do Poder Executivo.
 - (D) extrapoder, não depende de nenhum dos poderes de Estado, não podendo nenhum de seus membros receber instruções vinculantes de nenhuma autoridade pública.
 - (E) autônomo, relativamente, porque presta contas apenas aos Tribunais de Contas e Judiciários.
59. O Brasil recebeu requerimento da França solicitando lhe seja entregue Jean Bardot, cidadão francês, que está sendo acusado de crime contra o patrimônio praticado na cidade de Paris. Nesse caso, Jean Bardot, que aqui tem emprego e goza de residência definitiva, estará sujeito
- (A) à reversão.
 - (B) à extradição.
 - (C) ao banimento.
 - (D) à deportação.
 - (E) à expulsão.

60. A análise dos princípios fundamentais da Constituição Federal vigente, como os princípios da independência, do desenvolvimento nacional, da justiça social e da não discriminação, dizem respeito aos princípios relativos
- (A) à prestação positiva do Estado.
 - (B) à forma de governo e à organização dos Poderes.
 - (C) à existência e ao tipo de Estado.
 - (D) à organização da sociedade.
 - (E) ao regime político.

REDAÇÃO

Atenção: A redação sobre a proposta abaixo deverá ter a extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30 linhas.

A restrição ao uso de armas no Brasil, objetivando desarmar a população civil, provocou polêmica entre defensores e opositores da medida.

Assuma uma posição a respeito do problema.

Desenvolva suas idéias num texto dissertativo, utilizando argumentos pertinentes.

RASUNHO